



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

VÍTOR CARVALHO ALVES

**COOPERAÇÃO BRASIL-SUÉCIA DOS CAÇAS GRIPEN: Um olhar sob a
perspectiva realista**

BRASÍLIA-DF

2023

VÍTOR CARVALHO ALVES

**COOPERAÇÃO BRASIL-SUÉCIA DOS CAÇAS GRIPEN: Um olhar sob a
perspectiva realista**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Lucas Soares Portela

**BRASÍLIA-DF
2023**

VÍTOR CARVALHO ALVES

COOPERAÇÃO BRASIL-SUÉCIA DOS CAÇAS GRIPEN: Um olhar sob a perspectiva realista

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Lucas Soares Portela

BRASÍLIA, 13 jun. 2023

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)

COOPERAÇÃO BRASIL-SUÉCIA DOS CAÇAS GRIPEN: Um olhar sob a perspectiva realista

VÍTOR CARVALHO ALVES

Resumo

A cooperação Brasil x Suécia em relação aos caças Gripen faz parte do programa brasileiro FX-2, o qual tem o objetivo de modernizar tanto o corpo de caças da Força Aérea Brasileira, como aprimorar a sua indústria de defesa, a partir da transferência de tecnologia do país detentor dos caças para o Brasil. Levando em conta isso, o objetivo desse artigo é trazer um olhar dessa cooperação sob a perspectiva realista, questionando se o realismo seria capaz de justificar essa cooperação de defesa. Para isso, serão analisados os aspectos da teoria realista nessa cooperação, com foco na dissuasão e nos ganhos relativos, com base na abordagem histórica e características do acordo, como a percepção de defesa de cada Estado, e a relação entre o Brasil e a Suécia.

Palavras-chave: Gripen; Caças; Brasil; Suécia; Embraer; Saab; Realismo; Dissuasão; Cooperação.

Sumário: Introdução. 1 - Teoria da Dissuasão e a Cooperação Internacional em Defesa. 2 - Análise comparativa dos documentos de defesa Brasil e Suécia. 3 - Cooperação entre Brasil e Suécia como fator de dissuasão. Considerações finais. Referências.

INTRODUÇÃO

Segundo a teoria realista, os Estados são egoístas e ceticistas, fazendo com que os países sempre busquem adquirir mais poder dentro do concerto internacional, tanto para satisfazer os seus interesses como para garantir a sua sobrevivência. E isso é fundamental para a sua segurança, já que não se pode confiar e depender dos outros Estados, pois algum deles pode traí-lo e ameaçá-lo. Porém, a cooperação é fundamental para os Estados conseguirem manter ou aumentar a sua defesa. Conseqüentemente, como os Estados priorizam os seus interesses, a cooperação pode ser usada para a dissuasão, da mesma forma que ela pode apresentar ganhos relativos.

Levando isso em conta, permite-se analisar a cooperação entre o Brasil e a Suécia em relação aos caças Gripen sob um olhar da perspectiva realista, podendo justificar a cooperação por meio dessa teoria das Relações Internacionais. Para isso,

a seguinte seção abordará os aspectos teóricos que serão analisados na cooperação do tema deste artigo. Na segunda seção, a Política Nacional de Defesa brasileira, e a *National Security Strategy* (NSS) da Suécia serão comparadas, com o intuito de se analisar as percepções de defesa dos dois Estados, e como elas influenciaram no fechamento desse acordo. E, finalmente, será tratado os aspectos históricos de como se deu essa cooperação, para depois a teoria ser posta em prática no estudo dessa cooperação.

1 Teoria da Dissuasão e a Cooperação Internacional em Defesa

Para compreender como a cooperação dos caças Gripen pode ser explicada pela teoria realista das Relações Internacionais, é necessário abordar como a cooperação pode ocorrer sob a visão realista, ainda mais em um acordo que envolve produtos de defesa. Seguindo esse sentido, é importante destacar como os interesses nacionais do país que está cedendo os armamentos e o seu conhecimento tecnológico pode satisfazer os seus objetivos, se este está fortalecendo outro Estado. Para isso, são abordados os aspectos dissuasórios que uma cooperação de defesa pode trazer, como os seus ganhos relativos.

A teoria realista possui uma visão de que os Estados são egoístas dentro de um cenário anárquico nas relações internacionais, tendo como base principalmente a definição da natureza humana segundo Thomas Hobbes, e a relação entre os países conforme o pensamento de Maquiavel. Apesar disso, a conjuntura internacional é marcada por um mundo globalizado, o qual contém uma economia interdependente, tornando-se necessário cooperar com outros Estados.

Segundo os realistas, tanto a política externa quanto as cooperações internacionais são determinadas para suprir as necessidades dos Estados, que são essenciais para a sobrevivência e a segurança do mesmo (MACIEL, 2009). Vale ressaltar ainda que as ações de cooperação podem ter grande importância para a manutenção ou para a elevação de poder do Estado nas relações internacionais. E, como os países são ceticistas sobre o comportamento dos outros, os seus governos buscam adquirir mais poder e prestígio na conjuntura internacional, como forma de aumentar a sua segurança e não ser atacado por outros atores. Nesse sentido, as

cooperações são usadas para amplificar a influência política, conseguir vantagens geoestratégicas, intensificar o comércio, garantir investimentos, e até mesmo oferecer subornos para países em desenvolvimento em troca de apoio em organismos internacionais (MACIEL, 2009).

Destaca-se também que dependendo do nível e da área da cooperação, o impacto pode ser menos relevante na segurança dos Estados que estão colaborando, como pouco se pode alterar na balança de poder, trazendo pequena preocupação para os países que não são participantes de tal cooperação. De acordo com Robert Jervis (1999), cooperações econômicas, ou colaborações para o aumento de armamentos que já existem em abundância podem ser exemplos disso.

Não só isso, mas Jervis (1999) afirma que a possibilidade de um acordo entre Estados pode surgir caso os seus governos tenham um pensamento semelhante. Mas, quando um deles é caracterizado como um agressor por outra parte do acordo, o ato da cooperação acaba sendo impossibilitado.

Dessa maneira, percebe-se que as relações de poder definem as relações internacionais. Por mais que existam diversas cooperações no âmbito internacional, que elevem a integração entre os países, os Estados promovem essas ações com o objetivo de se tornarem mais fortes, afirmando a sua posição no cenário global e preservando a sua segurança. Além disso, nota-se que a moralidade é subordinada à política, já que essas cooperações possuem um fim de sobrevivência do próprio Estado, sem nenhuma consideração ética.

Como já citado neste artigo, a teoria realista acredita que como os Estados são egoístas, sempre buscando aumentar o seu poder para elevar a sua segurança, eles acabam suspeitando das ações e intenções dos outros países. Por esse motivo, os seus governos se preocupam com os ganhos relativos em uma cooperação, isto é, quando uma parte se beneficia mais que a outra no acordo feito entre elas. Assim sendo, uma delas adquiriria mais influência na balança de poder, e dependendo, poderia se tornar uma ameaça para a outra. Devido a essa razão, os Estados podem ser desencorajados a fazer uma cooperação.

Apesar disso, os países vivem realizando diversas ações de cooperação. Dessa forma, é incorreto declarar que os realistas pensam que os ganhos relativos são tudo o que importa, pois afirmar isso seria assegurar que as relações internacionais seriam definidas por um jogo de soma zero (JERVIS, 1999), no qual um Estado sempre teria que perder para outro ganhar. Seguindo esse raciocínio,

seria quase impossível acontecer cooperações no mundo atual. Ademais, cooperações econômicas ou até mesmo de defesa, em que agrega produtos de defesa que muitos países já têm o suficiente, diminuem a preocupação dos Estados sobre os ganhos relativos, visto que esses acordos fazem menos diferença na segurança dos países.

Mas, caso a oportunidade de cooperação seja para a obtenção de armamentos, o governo do Estado que pode recebê-los deve reavaliar se valerá a pena efetuar tal acordo. Para Kenneth Waltz (apud GANNOUM, 2010), isso talvez poderia alterar a balança de poder, porque isso pode influenciar outros países a arranjam os mesmos produtos de defesa, e como consequência gerar um ganho relativo. Pode-se compreender melhor essa questão ao observar uma exemplificação dada por Gannoum (2010), onde explica, por exemplo, se um Estado Y conseguir adquirir mais 10 mísseis de longo alcance, um país vizinho pode ser encorajado a arranjar 20 mísseis iguais de alguma forma. Comparado consigo mesmo, o Estado Y terá progredido, mas, relativamente, ele terá regredido por ter 10 mísseis a menos que o vizinho.

É relevante também mencionar questões em que os ganhos relativos podem apresentar maior ou menor seriedade para o governo do Estado. Para isso, Joseph Grieco utiliza o coeficiente k para indicar essa severidade (GANNOUM, 2010). Ou seja, quanto maior este coeficiente, mais o país deve se preocupar com os ganhos relativos. Um exemplo disso seria a relação que o Estado tem com o outro país da cooperação, isto é, se eles são adversários ou aliados de longa data (GANNOUM, 2010). Outras questões também afetam o coeficiente, como se a cooperação envolve segurança ou bem-estar econômico, se o poder do Estado está crescendo ou diminuindo, se as recompensas da colaboração vão ter mais impacto nas capacidades do país na área da cooperação, e se essas capacidades influenciam ou não em outras áreas (GANNOUM, 2010).

Essa aflição que os Estados têm com os ganhos relativos podem ser demonstradas nas relações entre os Estados Unidos e a China. Na década de 1970, o mundo estava caracterizado por uma bipolaridade formada pela rivalidade entre o país norte-americano e a União Soviética. Por mais que os Estados Unidos da América (EUA) fossem uma potência que estava competindo pela hegemonia global, nos anos 70, a sua presença internacional estava mais debilitada que antes, por conta de vários fatores. Dentre eles, “a derrota na Guerra do Vietnã, a ruptura do

sistema monetário internacional de Bretton Woods e os choques do petróleo” (CARVALHO; CARTEMOL, 2009, p. 224). Nesse contexto, os EUA viu a aproximação com a China como uma oportunidade para continuar competindo pela hegemonia internacional, considerando o país asiático como uma fonte provedora de recursos, lugar de mão de obra barata e como uma grande fonte de demanda pelos produtos estadunidenses (CARVALHO; CARTEMOL, 2009). Já a China, enxergava essa cooperação como uma forma de diminuir o desgaste da imagem interna do Partido Comunista, conter os avanços soviéticos no território chinês e desenvolver a economia e a indústria chinesa (CARVALHO; CARTEMOL, 2009).

Nesse exemplo de cooperação, percebe-se como os ganhos relativos não preocupavam tanto ambos os Estados. O país americano estava em uma situação em que o seu poder estava decaindo, em meio a uma competição com a União Soviética. Além disso, a colaboração com a China não só auxiliaria os Estados Unidos a elevar o seu poder, como conteria o progresso do país soviético. A China também não era vista como uma grande ameaça comparada com a União Soviética.

Apesar de possuir um governo socialista, o Estado chinês ainda não era uma potência que poderia ameaçar a hegemonia americana nas relações internacionais. Em relação à China, a cooperação seria uma oportunidade para preservar a sua soberania contra os soviéticos, e desenvolver o seu país a longo prazo, para no futuro competir pela hegemonia internacional. Porém, percebe-se que a circunstância atual é totalmente diferente desta época citada.

Com esses dois Estados competindo para ser a maior potência econômica e tecnológica, além da tensão entre os dois envolvendo Taiwan, os ganhos relativos começaram a importar. Essa tensão passou a chamar atenção com a guerra comercial entre eles, com os EUA aplicando tarifa sobre os produtos chineses, e o país asiático suspendendo a compra de produtos agrícolas do Estado norte-americano (TREVIZAN, 2019). Vale ressaltar também que os Estados Unidos classificaram as empresas chinesas Huawei e ZTE como ameaças à segurança nacional (G1, 2020), em meio a uma competição pelo desenvolvimento da tecnologia 5G.

Esse cenário só se agravou com a visita da presidente da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, Nancy Pelosi a Taiwan. Enquanto a China reconhece o território de Taiwan como chinês, os EUA vêem Taiwan como um parceiro estratégico para conter a China, e fornecem armamentos para o governo

taiwanês. Após a visita de Pelosi, a potência asiática cancelou e suspendeu a cooperação com os EUA em várias áreas (CORREIO BRAZILIENSE, 2022). A China cancelou as conversas entre os comandantes militares, as conversas da Coordenação das Políticas de Defesa China-EUA, e os encontros do Acordo Consultivo dos Militares Marítimos entre China-EUA (UOL, 2022). Bem como o governo chinês suspendeu a cooperação na repatriação de imigrantes ilegais, na assistência legal em assuntos criminais, na cooperação contra crimes transnacionais, contra narcotráficos, e, além disso, suspendeu as conversas entre as duas potências relacionadas às mudanças climáticas (UOL, 2022).

Com isso, nota-se como a relação entre as duas maiores potências econômicas se deteriorou, justamente devido à competição entre as duas pela hegemonia. Inicialmente, o coeficiente k , criado por Grieco e usado para os ganhos relativos, era menor para ambas as partes. Como a reaproximação de China e Estados Unidos na década de 70 se baseava muito na economia, os ganhos relativos influenciavam menos na segurança de ambos. É interessante também mencionar que os dois países estavam sendo ameaçados pela União Soviética, e o poder internacional de cada um estava diminuindo. Outra razão que encorajava a cooperação entre os dois era o grande impacto que essa colaboração traria para as suas capacidades, principalmente a China que ainda não possuía um setor de indústrias desenvolvido. O único fator que poderia aumentar o coeficiente k seria a relação anterior a essa época, pois os EUA eram muito próximos de Taiwan e viam o Estado chinês como uma ameaça por causa da ideologia comunista daquele governo. Mas a ameaça soviética era muito maior para os dois governos, resultando na cooperação EUA-China, e no rompimento das relações EUA-Taiwan.

Todavia, nesse momento, ambos estão competindo pela hegemonia internacional, e a tensão envolvendo os dois governos só está aumentando com a questão de Taiwan. A partir daí, o coeficiente k está altíssimo, criando grandes preocupações tanto sobre os ganhos relativos da cooperação, quanto sobre o pensamento de alguma das partes não cumprir com o acordo, ou até mesmo algum deles trair o outro. A aflição em relação a isso é tão imensa, que não só as conversas nos assuntos de defesa e segurança estão sendo impedidas, como também está afetando as relações econômicas e de contribuição nas áreas de clima.

À vista disso, entende-se que por mais que os Estados sejam egoístas tanto para os seus ganhos, como para a sua projeção internacional, é perceptível que

existem várias questões que podem ou não desencorajar a cooperação internacional nas relações internacionais. Como demonstrado no exemplo citado acima, as diferentes ideologias não foram o suficiente para impedir a aproximação dos EUA e da China nos anos 70. Por mais que os países possam evitar a cooperação devido às diferenças ideológicas, nota-se também que a preocupação com os concorrentes do Estado é maior que a preocupação com a ideologia. Nota-se isso pela história da política externa americana, já que no exemplo citado a cooperação foi motivada para conter os soviéticos, e, também, no contexto atual, em que os EUA está flexibilizando algumas sanções contra a Venezuela por conta da invasão da Ucrânia pela Rússia, e seu impacto nos preços do petróleo (G1, 2022).

No cenário mundial, existe uma tendência em que os países desenvolvidos são os maiores desenvolvedores das tecnologias inovadoras, enquanto os Estados em desenvolvimento acabam servindo um papel secundário nas relações internacionais, e ficam dependendo da tecnologia estrangeira (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020). Isso acaba tendo um grande impacto nos países subdesenvolvidos, afetando tanto o seu nível de desenvolvimento, como a sua defesa e segurança (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020). Por esse motivo, existem cooperações em que Estados mais avançados em certa área transferem a sua tecnologia para outro menos desenvolvido no ramo, podendo trazer bons ganhos para ambas as partes.

Contudo, essas transferências de tecnologia não são recorrentes, seguindo essa tendência de desigualdade tecnológica nas relações internacionais. Como a própria teoria realista afirma, os Estados são egoístas, e as potências tecnológicas só realizam esse tipo de cooperação quando é benéfico para a sua elevação de poder, ou quando é necessário para manter o seu *status quo*. Dessa maneira, é possível analisar esse tipo de acordo de transferência como motivador da dissuasão. Mas, para isso, é relevante destacar antes o significado de dissuasão nas relações internacionais, para posteriormente relacionar com essa cooperação.

Quando dois ou mais atores internacionais possuem controvérsias, existem várias maneiras de resolvê-las. Duas delas são pela diplomacia, e pelo conflito. A diplomacia pode ser a maneira menos danosa para resolver as desavenças, pois ela não traz danos custosos aos atores envolvidos. Porém, as áreas das controvérsias podem ser muito influentes para a segurança dos atores, não existindo uma resolução pacífica para o desentendimento entre eles. Isso pode acabar resultando em um conflito armado. A guerra pode ser um meio de resolver a controvérsia

através da força, mas pode trazer danos que até mesmo para o ator vencedor não seja compensável, trazendo consequências para a economia e defesa dele mesmo.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a dissuasão ficaria entre essas duas maneiras de resolver uma controvérsia. Nas relações internacionais, a dissuasão significa um ato de ameaça feito por um ator para persuadir a outra parte a não agir de forma ameaçadora para o ator dissuasor. A dissuasão se vê como efetiva quando o dissuadido age da maneira que o agente dissuasor quer, sem a necessidade de uma guerra. Um exemplo disso é a Guerra da Lagosta, a qual ocorreu na década de 1960. Esse caso começou com a vinda de embarcações francesas na costa brasileira, as quais pescavam lagostas sem a autorização do governo brasileiro. O Brasil tentou convencer a França a parar com as pescas ilegais por meio da diplomacia. Porém o Estado francês não parou, e, além disso, enviou um contratorpedeiro, com a tentativa de dissuadir o Brasil. O país sul-americano respondeu com uma expedição de dois contratorpedeiros, persuadindo a França a recuar as suas embarcações. Isso não significa que a marinha brasileira era mais forte que a francesa, mas ela conseguiu persuadir a França a parar com as pescas, já que seria muito custoso arcar com um conflito longe de seu país, e dentro de um cálculo racional feito pelo governo francês, não valeria a pena entrar em conflito contra o Brasil. E a defesa brasileira foi extremamente eficaz na sinalização da sua resposta, demonstrando a sua capacidade, e tornando crível que o Brasil seria capaz de retaliar.

Agora que o conceito da dissuasão ficou mais claro, torna-se mais fácil relacionar essa ação com uma cooperação de transferência de tecnologia, a qual permite não só que o Estado menos desenvolvido adquira a tecnologia, como possibilita-o de construí-la, e torná-lo mais autônomo no ramo da cooperação. A dissuasão através desse tipo de cooperação pode acontecer de duas maneiras. Uma que o país que aprende a desenvolver a tecnologia, pode usá-la para dissuadir outros atores internacionais, principalmente se for de defesa. Outra, com um modo mais implícito, permite que o Estado que transferiu a tecnologia projete-a internacionalmente, demonstrando o seu poder, e também, fortalecendo aliados.

Um caso que se encaixa nesse modelo é a cooperação entre Brasil e Suécia, a qual envolve a construção conjunta dos caças Gripen, na parceria das empresas Saab e Embraer. Nesse acordo, a empresa Saab ensina a Embraer a construir os aviões de caça, sendo que os primeiros serão enviados para o Brasil, e os últimos

serão produzidos pela própria empresa brasileira. Com isso, percebe-se como a dissuasão será implementada pelos os dois Estados.

A partir dessa cooperação, o Brasil modernizará a sua capacidade de sua força aérea, e se tornará autônomo na construção de seus caças, não precisando depender totalmente do seu fornecimento por outro país. Os caças Gripen serão os aviões de combate mais modernos da América Latina (GODOY, 2022). Segundo Basseto, os novos caças possibilitarão o uso de mísseis mais modernos e inteligentes (2023), aumentando a letalidade da Força Aérea Brasileira (FAB). Quando o Brasil adquirir o lote inteiro de 40 caças, o Estado brasileiro será o mais poderoso da América Latina no combate aéreo entre caças, aumentando a sua capacidade de dissuasão e conflito. Assim sendo, torna-se muito mais difícil um país dessa região ameaçar a segurança do Estado brasileiro. Vale ainda mencionar que a FAB estuda adquirir mais 26 caças Gripen por meio de outro contrato (GODOY, 2022). Já para a Suécia, essa cooperação representa uma projeção internacional de seus caças, provando nas relações internacionais o seu poder de combate aéreo, e a sua capacidade de desenvolver tecnologias nessa área.

2 Análise comparativa dos documentos de defesa Brasil e Suécia

Agora que os aspectos teóricos que serão utilizados para explicar a cooperação dos Gripen foram abordados, é importante entender a percepção de defesa do Brasil e da Suécia, como os seus objetivos, para assim ver como o fechamento desse acordo foi possível. Levando em conta isso, esse artigo utilizará os documentos de defesa do Brasil e da Suécia, principalmente a Política Nacional de Defesa (PND) e a *National Security Strategy* (NSS), respectivamente, para verificar a compatibilidade da visão de defesa das suas nações. Vale ressaltar que esses documentos foram publicados nos anos de 2020 e 2017 respectivamente.

As ameaças existentes para um Estado, tanto no âmbito nacional quanto internacional, são uns dos fatores que guiam a elaboração da sua política nacional de defesa, justamente para coibir ou suavizar os problemas que prejudicam a segurança de seu país. Por esse motivo que se deve analisar as ameaças consideradas pelo Brasil e pela Suécia, para compreender o porquê dos dois Estados virem como necessário ou vantajoso realizar a cooperação dos caças Gripen.

Em relação ao Brasil, a PND enaltece a preocupação com a falta da presença do Estado em regiões de baixa demografia, que acaba afetando tanto o desenvolvimento econômico dessas áreas, como facilita a frequência de ilícitos no território brasileiro. Muitas dessas áreas ficam localizadas na Amazônia, o que representa um desafio para o governo, tanto por conta da dificuldade de mobilidade, como devido ao extenso território, contendo 6,9 milhões de km², dos quais cerca de 3,8 milhões de km² estão no Brasil (IBGE). Fora isso, o Brasil ainda conta com uma fronteira terrestre de 17.000 km, e uma área oceânica, denominada Amazônia Azul, que contém 5,7 milhões de km² (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020). Por conseguinte, torna-se muito difícil para o Estado brasileiro monitorar todo o seu vasto território, ainda mais por causa da falta de infraestrutura em regiões com menor presença do Estado.

A PND também ressalta a crescente instabilidade nas relações entre os países, mencionando o aumento de conflitos estratégicos militares, o ressurgimento da competição pela supremacia global e a assimetria de poder nas relações internacionais. “Além disso, a rivalidade entre Estados, tanto em nível global quanto regional, repercute na necessidade de expansão dos gastos militares de defesa” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020, p. 16). Com o aumento dessas tensões, outros Estados podem vir a ameaçar a segurança e a soberania do Estado brasileiro, ainda mais com a crescente demanda por recursos naturais, já que o Brasil possui em abundância. Por isso o Brasil deve buscar ter controle sobre o seu território nos ambientes marítimo, terrestre e aeroespacial.

Além do mais, o documento de defesa fala sobre o aumento das desigualdades tecnológicas e de produção entre os países, o qual acentuará as assimetrias na área de defesa e, conseqüentemente, afetará o equilíbrio de poder regional e mundial (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020). Outros assuntos citados na PND que ameaçam ou podem ameaçar o Brasil são os acessos indesejados no espaço cibernético, impactos provocados por mudanças climáticas ou pandemias, e o surgimento de organizações terroristas (POLÍTICA, 2020).

Já a respeito da Suécia, a NSS destaca algumas ameaças diferentes para o Estado sueco. Por mais que a PND fale sobre o impacto das mudanças climáticas, o documento de defesa sueco dá mais ênfase sobre isso, principalmente devido ao aumento do nível do mar, que pode provocar enchentes e a intromissão da água do mar, ainda mais no sul da Suécia. A NSS ainda menciona o Lago Mälaren, o qual é

um importante suprimento de água doce, e pode ser ameaçado se entrar em contato com a água salgada.

Não só isso, mas o documento também salienta mais sobre o problema do terrorismo e extremismo, afirmando que eles contribuem para a polarização e a alienação, e deterioram a democracia no país. Eles se referem tanto à extrema direita e esquerda, quanto ao extremismo Islâmico, apesar de que a Suécia tem uma política mais branda para acolher imigrantes, incluindo de regiões com maioria muçulmana. Entretanto, é compreensível o governo sueco se preocupar com o extremismo da religião islâmica, pois o seu país faz parte da União Europeia (UE), e o bloco vem sofrendo com ondas de refugiados, os quais buscam segurança tanto do terrorismo quanto dos governos autoritários. A NSS ainda frisa que existe a possibilidade de ataques terroristas futuros no Estado sueco.

Diferente da PND, a NSS dá ênfase às ameaças que perpetuam no bloco econômico em que a Suécia é um membro. Além da imigração incontrolada, o arquivo fala sobre a necessidade de uma recuperação econômica, o alto desemprego e o fortalecimento do nacionalismo dentro da UE. Inclusive, o documento faz menção a decisão do Reino Unido de sair do bloco europeu.

No que concerne à conjuntura internacional, a NSS entra em concordância com a PND sobre a volta da competição entre Estados pela hegemonia nas relações internacionais. Mas, pelo documento, o Estado sueco acaba saindo da neutralidade ao condenar as agressões da Rússia contra a Ucrânia, reafirmando que o surgimento de conflitos em qualquer parte da Europa afetará a Suécia. Ademais, a Suécia é banhada pelo Mar Báltico, o qual atualmente é caracterizado por tensões entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Rússia. Então, acaba existindo uma chance de acontecer um conflito perto de seu país. E a NSS inclusive menciona o uso de guerras híbridas para desestabilizar outro Estado.

Os dois documentos também entram em conformidade nos assuntos de riscos digitais, crime organizado, ameaças à saúde, e a importância da economia e da infraestrutura na segurança do Estado.

Apesar de algumas diferenças entre os dois arquivos, percebe-se que ambos os documentos possuem ameaças similares, com diferença nas ênfases de certos problemas, devido às diferentes localizações de cada Estado. A maior divergência entre os dois é em relação ao posicionamento de cada país sobre atores estatais, principalmente a Rússia. Essa questão poderia ser um dos principais pesos para a

realização de uma cooperação entre ambos. Mas, o Brasil possui um histórico de neutralidade nas relações internacionais, dificilmente participando de alguma guerra, ou apoiando algum lado de um conflito. Isso também facilita na realização de cooperações, justamente pelo Brasil não ter um histórico de país agressor. E a cooperação dos caças Gripen acaba sendo relevante para os dois países, tanto para o Brasil aprimorar a sua defesa e diminuir a sua dependência tecnológica, como para a Suécia melhorar a sua economia.

A PND e a NSS definem o que deve ser feito para melhorar a defesa e a segurança de seus países. A partir desses documentos, cada Estado determina o que deve ser feito para alcançar esse objetivo, afirmando estratégias para resolver ou suavizar as ameaças para o seu Estado. Assim sendo, os arquivos também delineiam a sua política externa para tratar esses problemas, especialmente através da cooperação.

Segundo a PND, o Brasil deve investir nas áreas de Saúde, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020). Com isso, torna-se mais fácil para o Estado se desenvolver, melhorando a segurança no âmbito da saúde, além de reduzir a defasagem tecnológica do Estado brasileiro, tendo grande importância no desenvolvimento do país. E, juntamente com a Educação, permite-se envolver mais a sociedade brasileira nos assuntos de defesa, como melhorar a qualificação do capital humano, que possui profunda importância na modernização do Brasil. O documento também ressalta a relevância dos investimentos na infraestrutura, a qual colabora “para a unidade nacional e a integração territorial, permitindo o desenvolvimento, o acesso a pontos estratégicos do território, além da tempestiva mobilização e o oportuno apoio logístico para a Defesa Nacional” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020, p. 14). Dessa forma, a defesa brasileira consegue refinar o seu domínio sobre os espaços aéreo, terrestre, aeroespacial e cibernético.

Atendendo a este mesmo propósito de desenvolvimento, o Brasil tem que diversificar sua matriz de transporte, sua matriz energética e ter autossuficiência das tecnologias fundamentais para isso, buscando aprimorar o seu potencial nuclear, hidrelétrico, solar, eólico, fóssil, dentre outros (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020).

Falando sobre esses investimentos, deve-se destacar como o porte da economia é imprescindível para a defesa do Brasil. Com a estabilidade e o crescimento da economia brasileira, diversas áreas podem melhorar o seu desenvolvimento. O avanço do porte econômico pode trazer, por exemplo, melhores

condições de cooperação com nações mais avançadas no campo tecnológico, aproveitamento de projetos de desenvolvimento nacional de interesse da área de Defesa, e a geração de empregos qualificados na Base Industrial de Defesa (BID) (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020). Sendo assim, a economia brasileira é essencial para a absorção de tecnologias avançadas no Estado brasileiro. Fora isso, a economia possibilita a geração de oportunidades de exportações, a qual é essencial para a projeção internacional do país, como para a própria economia. E, também, o progresso econômico do país pode aumentar os recursos destinados à Defesa para a aquisição de Produtos de Defesa (Prode), fortalecendo a BID (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020).

Similarmente, o uso sustentável dos recursos ambientais é enfatizado no documento da PND. Ainda mais no território brasileiro, onde se encontra a Amazônia terrestre e a Amazônia Azul, as quais possuem muitos recursos importantes para o desenvolvimento brasileiro, e devem ser preservadas para evitar os danos causados pela mudança climática. Não só isso, mas o Brasil tem iniciativas de projetos na Antártica, e o próprio Estado brasileiro defende esse continente como um patrimônio da humanidade, sustentando que a sua exploração deve ocorrer de forma sustentável, e somente para o uso de pesquisas científicas.

Ademais, a cooperação é extremamente relevante para a Defesa brasileira. É sustentado que a cooperação deve acontecer com os países do entorno estratégico brasileiro, que estão localizados na América do Sul, e que são banhados pelo Atlântico Sul. Exemplos disso são cooperações com Estados limítrofes com o Brasil, para monitorar as fronteiras e apreender ilícitos transnacionais. Com nações da costa ocidental da África, colaborações são feitas para vigiar o Atlântico Sul contra crimes e presenças de outros Estados que não pertencem à região. Cooperações com potências tecnológicas também são significativas para a modernização da Defesa brasileira. Esse assunto será mais detalhado na outra parte dessa seção, já que representa a projeção internacional do Estado brasileiro.

Na NSS, incentivos comuns são abordados para o aprimoramento da defesa da Suécia. Como os avanços na educação, pesquisa e inovação. Isso é fundamental para a capacidade de guerra das Forças Armadas suecas, pois cada vez mais as indústrias e as habilidades técnicas desse Estado precisam ser desenvolvidas conforme as suas necessidades para a sua capacidade de defesa. Um dos fatores indicados como relevante é ter a própria capacidade de combate aéreo e de

submarinos. E, a Força Aérea já se demonstra capaz com a grande quantidade de caças Gripen. Mas isso não quer dizer que os esforços devem ser diminuídos, pois as tensões regionais envolvendo a Rússia estão aumentando.

A digitalização é uma área importante que também auxilia o Estado sueco na inovação, e ajuda profundamente no desenvolvimento. Mas, consigo, ela traz riscos para a segurança da Suécia, sendo indispensável aprimorar a segurança da Tecnologia da Informação contra ataques aos seus sistemas de informação, que podem trazer danos até mesmo a infraestruturas críticas do país. Inclusive, o documento enfatiza o combate a esse problema em conjunto com a União Europeia, a qual possui uma diretiva para garantir uma segurança cibernética comum entre os Estados membros.

Falando em infraestrutura, não se pode deixar de mencionar as matrizes de energia e de transporte. Em ambos os campos, a Suécia busca fortalecê-los através da diversificação deles, e por meio da cooperação internacional. Na matriz de transporte, a Suécia se empenha na participação de organizações e fóruns que se dedicam no estabelecimento de regras internacionais na área de transporte. Já em relação a matriz energética, o governo se esforça mais na cooperação regional, com ligação de energia com os seus países vizinhos, e na persistência de melhorar o mercado de energia na UE, para que os seus Estados membros não dependam unilateralmente de países de terceiro mundo.

A NSS destaca ameaças que devem ser combatidas para a segurança da Suécia, como a criminalidade. No que se refere às ações preventivas, o documento ressalta a importância de incentivos nas escolas, setores de negócios, organizações voluntárias e sem fins lucrativos para prevenir a entrada de pessoas no mundo do crime. No combate direto, a maior presença da polícia e a cooperação além da fronteira são importantes para a monitoração e punição das organizações criminosas. Nota-se que o combate a segregação é crucial para o combate ao extremismo, o qual pode gerar violência e prejudicar a democracia, da mesma forma que as organizações criminosas. E, a luta contra o terrorismo deve continuar, tanto como pelo combate a segregação, como pela monitoração do Estado sueco e pela cooperação internacional, sobretudo com a UE e as Nações Unidas.

Outra preocupação citada na NSS são as ameaças na área da saúde, como pandemias. Nesse contexto, o sistema de gerenciamento de crises da Suécia deve seguir os requisitos estipulados pela *International Health Regulations*, em adição a

cooperação com a UE e outros importantes atores. Além disso, o governo sueco se compromete a combater a mudança climática, buscando reduzir a emissão de combustíveis fósseis, construir alianças efetivas nesse combate e continuar com o desenvolvimento sustentável.

Para atingir esses objetivos, é interessante para a Suécia trabalhar de forma coletiva com a sua sociedade, envolvendo o setor público, o setor de negócios e a sociedade civil. A partir disso, torna-se mais fácil para a Suécia lidar e se preparar para eventuais crises. A educação da sociedade civil melhora a qualificação técnica da população para os interesses da segurança e defesa da Suécia, enquanto o setor privado providencia grande parte dos recursos necessários para o Estado, ademais que esse setor é importante para o desenvolvimento de pesquisa e inovação. Dessa maneira, a Suécia consegue tanto melhorar a sua segurança, como desenvolver a economia do seu país, que é fundamental para o Estado continuar sendo procurado como um parceiro estratégico.

Apesar desses destaques, provavelmente a maior preocupação da Defesa da Suécia é com a agressividade que a Rússia tem demonstrado em sua região. Por mais que o documento seja de 2017, a NSS reiterou o comportamento do Estado russo perante a Ucrânia e o Mar Báltico. Agora, com a invasão da Rússia à Ucrânia, e o aumento das tensões nesse mar, a ameaça se tornou maior. O documento de defesa já falava sobre a cooperação com os países Nórdicos, os Estados Bálticos, a UE e a OTAN para reduzir as tensões na região. No momento atual, essa política de defesa ganhou mais peso, e será melhor discutida na próxima parte desta seção.

Com essas informações, percebe-se que o Brasil e a Suécia possuem muitos interesses alinhados, facilitando a cooperação entre os dois países. O foco de ambos no setor de tecnologia é ainda mais relevante, levando em conta a transferência de tecnologia dos caças Gripen. E é expressiva a ênfase que os dois arquivos dão ao porte econômico do Estado, que influencia na procura pelo Estado para realizar uma cooperação, o que provavelmente foi fundamental para o fechamento do acordo dos Gripens. As maiores diferenças são voltadas mais para os problemas regionais de cada um, como mencionado antes. Mas, a cooperação entre eles acaba sendo importante para cada um lidar com as suas próprias ameaças.

Com o intuito de ter um posicionamento mais forte nas relações internacionais, os países buscam se projetar de diversos modos, como pela

cooperação internacional e pela participação em órgãos internacionais. Posto isso, será analisada a projeção internacional do Brasil e da Suécia para conferir se os seus interesses na política externa entram em conformidade, com mais notoriedade na área de defesa.

O Brasil almeja participar cada vez mais no cenário internacional, se inserindo tanto no seu ambiente regional, como aumentando a sua atuação nos processos decisórios internacionais. Fazendo isso, o Estado brasileiro atrai mais atenção internacional ao seu país. Por esse motivo, a “sua ascensão no contexto global requer ações no sentido de garantir a sua soberania” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020, p. 12).

Como transcrito antes, o Brasil coopera com os países limítrofes para a monitoração das regiões fronteiriças. Mas, a PND também afirma que a cooperação entre os países sul-americanos deve ser feita para criar um ambiente de confiança mútua, o que pode gerar projetos de defesa, não só para a solução de problemas comuns, como para um desenvolvimento tecnológico e industrial conjunto (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020). Essa integração regional pode ser muito importante, devido à grande reserva de recursos naturais que a América do Sul possui, atraindo tanto atividades ilegais, como a atenção de outros Estados que não são da região. Outras regiões no entorno estratégico brasileiro que têm abundância desses recursos são o Atlântico Sul, e a costa africana limdeira a este oceano. Então, com o intuito de “promover a cooperação regional e a manutenção da paz e da segurança no entorno dos 24 países sul-americanos e da costa ocidental da África” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014), a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu, por meio da iniciativa do Brasil, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014). Outro lugar com reserva desses recursos é a Antártica, onde o Brasil possui projetos de pesquisa. Lá, o Brasil defende que a sua exploração deve ser feita somente para o meio científico, com a preservação do meio ambiente, mantendo esse continente como um patrimônio da humanidade.

A PND fala sobre a tendência do aumento da demanda por ajuda humanitária e de operações de paz. Nesse quesito, o Brasil está incrementando a sua participação nesses tipos de missões. Dessa maneira, o país aumenta a sua influência política no concerto internacional, além de permitir o fortalecimento de laços de cooperação, principalmente por intermédio das Forças Armadas

(MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020). Isso possibilita também uma maior participação do Brasil em organismos internacionais. Nesse sentido, o Brasil se empenha tanto na sua projeção internacional, como em ressaltar valores de respeito ao sistema jurídico internacional, salientar o direito de soberania dos Estados, auxiliar na paz e segurança internacionais, e “apoiar as iniciativas para a eliminação total de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares, nos termos do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020, p. 20-21).

E a PND destaca mais parceiros estratégicos para a cooperação no campo da Defesa. Entre eles, estão os Estados que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por conta dos laços históricos e afinidades culturais que essas nações têm com o Brasil (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020). Igualmente, o documento frisa a priorização do relacionamento entre o Estado brasileiro e as potências tecnológicas no ramo de defesa, justamente para o Brasil melhorar a sua capacidade de defesa.

Semelhante ao Brasil, a Suécia pensa na integração regional como uma forma de aumentar a sua segurança e defesa. Apesar disso, ela dá mais ênfase ao bloco econômico da UE, enquanto o Brasil não menciona o bloco em que participa. Percebe-se como os países são mais integrados na UE, como já citado nesse texto os esforços do bloco para uma segurança cibernética comum. Não só isso, mas a NSS salienta a importância da economia para o bloco europeu, para que assim, a UE permaneça como uma potência e continue a ser procurada como uma parceira estratégica. Desse jeito, nota-se como a Suécia se preocupa tanto com a sua projeção internacional, como a do bloco europeu. Segundo o próprio documento, o trabalho conjunto do bloco aumenta a segurança da Europa. A NSS até declara que se um país da UE for atacado, a Suécia não se manterá passiva. O mesmo vale para os países Nórdicos.

A *Organization for Security and Co-operation in Europe* (OSCE) possui relevância para reduzir as tensões e criar confiança na Europa. Além dela, alguns conselhos procuram aumentar a segurança em regiões específicas, os quais são: *Arctic Council*, *The Barents Euro-Arctic Council* e o *Council of the Baltic Sea States*.

Verifica-se assim como a Suécia foca na estabilidade regional. Além da participação de organizações regionais, o Estado sueco realiza cooperações com esses mesmos fins com os países Nórdicos, os Estados Bálticos, a Polônia, o Reino Unido, a Alemanha e os Estados Unidos. Esse último é interessante para trazer o

ponto de que laços transatlânticos são fundamentais na segurança da Europa. Seguindo esse pensamento, é importante citar a cooperação com a OTAN, a qual a Suécia já cooperava para garantir a segurança do Mar Báltico, e que, recentemente, o governo sueco enviou um pedido para entrar nessa organização militar. A sua entrada ainda não é garantida, mas nota-se como a Suécia pensa em fortalecer essa cooperação transatlântica. E isso trará mais garantia de que se a Suécia for atacada, outros Estados combaterão a ameaça, da mesma forma que a Suécia agirá se a UE ou um país Nórdico for agredido.

Um fator em comum com a PND, é que a NSS fala do comprometimento da Suécia com a ordem internacional. É destacado que ela deve ter regras efetivas, e, para isso, o modo que as instituições internacionais operam deve ser fortalecido, por causa das contestações a essa ordem que tem acontecido nas relações internacionais. Especialmente na Organização das Nações Unidas (ONU). Com isso, é permitido que tanto as opressões internas de governos, quanto as agressões externas sejam contidas. A participação em missões de paz também são ressaltadas no documento, as quais auxiliam na promoção internacional da paz, e nas iniciativas de incentivar a estabilidade (GOVERNMENT OFFICES OF SWEDEN, 2017). Outro fator que tem os mesmos fins, é o comprometimento da Suécia com a política para a não proliferação e o desarmamento nuclear.

Assim sendo, a projeção internacional de ambos os países estão alinhadas. Tanto o Brasil quanto a Suécia possuem uma perspectiva de uma integração regional para solucionar os seus problemas locais, além de que os dois possuem compromissos similares com a ordem internacional. Vale ressaltar o empenho da manutenção da segurança dos dois pólos da Terra, o Brasil com o continente antártico, e a Suécia com a região ártica. Com os interesses de cada Estado entrando em concordância, torna-se mais fácil realizar uma cooperação. Ainda mais com o interesse brasileiro de modernizar a sua capacidade de defesa através da cooperação com países avançados na tecnologia, e o desejo da Suécia de melhorar a sua economia. Com isso, a cooperação de transferência de tecnologia dos caças suecos para o Brasil tornou-se possível.

3 Cooperação entre Brasil e Suécia como fator de dissuasão

Com a percepção de defesa parecida entre os dois países, a iniciativa de cooperação tornou-se mais fácil de ser realizada. Para culminar essa relação, os dois Estados têm uma visão de investimento nas áreas tecnológica e econômica. Porém, como os dois Estados podem cooperar se, segundo a visão realista, os Estados são egoístas, e como o próprio realismo consegue justificar o fechamento do acordo dos caças Gripen? Para responder essas perguntas, primeiramente se deve analisar o histórico de como houve essa cooperação, para depois abordar os seus aspectos dissuasórios e os ganhos relativos desta colaboração.

Antes de dissertar sobre os aspectos de dissuasão e ganhos relativos da cooperação dos caças Gripen, é relevante abordar a história por trás dessa colaboração entre o Brasil e a Suécia. Tudo começou com a iniciativa da FAB de adquirir novos aviões de caça para a defesa brasileira, para substituir os caças Mirage III, os quais eram da década de 1970 (MITOZO, 2017). Nesse sentido, foi criado o Programa FX. Mas, com o tempo, os objetivos desse programa foram ampliados para o Brasil adquirir uma transferência de tecnologia, para que o próprio país conseguisse produzir os seus aviões de combate, levando assim a criação do programa FX-2 no ano de 2007 (MITOZO, 2017).

Nesse contexto, o projeto FX-2 buscava escolher a melhor proposta “no que tange os aspectos técnicos, operacionais, logísticos, acordos de compensação, participação da indústria nacional no projeto” (MITOZO, 2017, p. 24), e o domínio do sistema do armamento pelo Brasil. Dentre as empresas selecionadas como possíveis colaboradoras, estavam a Boeing, Lockheed Martin, Dassault, Eurofighter, Rosoboronexport e Saab. Posteriormente, uma avaliação mais detalhada foi feita nos “requisitos operacionais, dos sistemas de armas dos candidatos, além de aspectos das áreas de logística, técnica, propostas de offset e transferência de tecnologia” (MITOZO, 2017, p. 26). Sendo assim, só restaram três caças concorrentes para fazer parte do Programa FX-2, os quais eram: F-18E Super Hornet (Boeing), Rafale C (Dessault) e Gripen NG (Saab) (MITOZO, 2017).

Por mais que a FAB avaliasse as melhores oportunidades de uma forma técnica, tanto dos aviões quanto da transferência de tecnologia, a última escolha era feita pelo Presidente da República, independente da preferência da Força Aérea. Na época, o presidente do Brasil era Luiz Inácio Lula da Silva, o qual estava cumprindo o seu segundo mandato. Então, o presidente declarou que a empresa favorita para fechar o acordo era a francesa Dessault, para a aquisição dos caças Rafale C. Essa

escolha foi feita com base no argumento de que essa cooperação estava além de uma questão técnica, mas sim como uma aproximação com a nação detentora da tecnologia. Mas, vale lembrar que o acordo ainda não tinha sido fechado, e que as negociações continuariam.

A aproximação do Brasil com a França era importantíssima na época, pois o governo brasileiro estava buscando a entrada no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e via a França como um grande aliado político para atingir esse objetivo (MITOZO, 2017). Por meio disso, o Brasil não só modernizaria os seus aviões de combate, como poderia ter influência na sua projeção internacional. “Além disso, a França buscava solidificar sua influência na América Latina e via no Brasil um elemento essencial para este projeto” (MITOZO, 2017, p. 27), como também era uma oportunidade para a empresa Dassault, que ainda não tinha conseguido vender o seu caça para outro país (MITOZO, 2017).

Porém, o Brasil viu essa oportunidade como muito custosa, tanto devido à alta manutenção do caça francês e ao elevado preço dos aviões, quanto por conta de que a França seria a única fornecedora dos equipamentos militares para os aviões (MITOZO, 2017). Em 2011, com a posse da presidência pela Dilma Rousseff, o processo de compra foi postergado, pois passou a se levar mais em conta a parte técnica (MITOZO, 2017). Consequentemente, a preferência pela parceria com a empresa francesa diminuiu.

Após isso, no ano de 2013, foi fechado o acordo com a empresa sueca Saab para a obtenção dos caças Gripen. No contrato, era estabelecido que pilotos e mecânicos brasileiros seriam treinados na Suécia, para depois, com a transferência da tecnologia, o Brasil produzir os caças Gripen pela Embraer, e também operá-los (MITOZO, 2017). É relevante citar que a Saab foi escolhida devido ao seu baixo custo na aquisição e na manutenção de seus caças (MITOZO, 2017). No início, o contrato determinava a compra de 36 Gripen pelo valor de 3,7 bilhões de dólares, para serem entregues até o ano de 2027 (GODOY, 2022). Desses 36, os 15 últimos serão construídos no Brasil (GODOY, 2022). Porém, no dia 22 de abril de 2022, o ex-Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior, anunciou a obtenção de mais 4 F-39 Gripen (NUNES, 2022). E, todavia, a FAB estuda a possibilidade de adquirir mais 26 unidades através de outro contrato (GODOY, 2022).

Com isso, percebe-se como as negociações para a execução do Programa FX-2 foram feitas, levando em conta tanto fatores técnicos quanto políticos. Esse processo histórico de negociações é muito importante para os seguintes tópicos desta última seção, trazendo fatos que podem ser citados nos aspectos de dissuasão e ganhos relativos.

Seguindo a visão realista, na qual os Estados são egoístas, os países somente realizam a cooperação quando ela é benéfica para a segurança deles mesmos, sendo para aprimorá-la ou simplesmente para mantê-la. Seguindo esse pensamento, é importante destacar como essa cooperação ajuda na dissuasão das defesas brasileira e sueca, como isso melhora os seus poderes, e como o realismo pode justificar a cooperação dos dois países.

Para o Brasil, a modernização de seus caças é fundamental para a sua segurança. Alguns de seus vizinhos já estavam muito à frente na capacidade de combate aéreo antes da cooperação. Exemplos desses países são o Chile e a Venezuela, pois ambos tinham caças mais avançados que o Brasil. Outro Estado que se pode citar é a Colômbia, a qual suas Forças Armadas são bem equipadas devido a sua boa relação com os Estados Unidos (MITOZO, 2017). Por mais que o Brasil busque uma integração regional, é totalmente perceptível como isso trazia preocupação ao Estado brasileiro, mesmo que as possibilidades de conflito com países vizinhos não sejam grandes. Além disso, o entorno estratégico brasileiro é rico em recursos naturais, trazendo a atenção de países que não fazem parte da região. Por isso, o Brasil deve estar pronto para agir com a sua defesa se outros Estados não respeitarem a sua soberania e os seus interesses nacionais, como demonstrado antes pelo exemplo da Guerra da Lagosta.

Com a aquisição dos caças Gripen, o Brasil agora torna-se o detentor dos aviões de combate mais modernos da América Latina, possuindo uma grande capacidade de dissuasão aérea. Um fator relevante para se dissertar, é que a ação dissuasória só é bem sucedida quando ela não gera conflito. Dessa maneira, nota-se que a capacidade brasileira de dissuasão na América Latina aumentará drasticamente, tanto devido às habilidades do avião, como pelo tamanho da frota, a qual contará com 40 caças Gripen. Assim sendo, dificilmente algum país latino-americano tentará enfrentar o Brasil, ainda mais no combate aéreo. Uma análise considerável, é que a evolução do corpo de caças de países vizinhos motivou o Brasil a modernizar os seus aviões de combate. Portanto, é válido alegar que alguns

Estados da América do Sul tiveram ganhos relativos, visto que apesar de terem caças bons, influenciaram um vizinho a adquirir aviões melhores, regredindo nas suas capacidades de defesa e poderes de dissuasão no continente.

Já para a Suécia, a dissuasão será feita de forma menos direta. Com esse acordo, a Suécia estará projetando a sua tecnologia para outra região, demonstrando o seu poder internacionalmente. Com a difusão dessa tecnologia no território brasileiro, ela mostra com a sua patente que os caças de origem sueca são os mais modernos da América Latina. Vale mencionar também que a Suécia possui 36 caças Gripen do modelo antigo C/D, além de encomendar mais 60 Gripen E/F, comprovando a sua capacidade de defesa aérea.

Por mais que as ações de dissuasão envolvendo a cooperação sejam feitas de maneiras diferentes entre os dois países, ambos conseguem ser efetivos nas suas demonstrações de poder. Desse modo, nota-se como o realismo consegue justificar essa cooperação. Através do realismo, pode-se afirmar que o Brasil e a Suécia se empenham em melhorar as suas capacidades de defesa, e demonstrá-las aos outros atores internacionais. Isso serve tanto para evitar de ser atacado por um terceiro, quanto para adquirir uma posição mais forte nas relações internacionais. Sendo assim, os ganhos relativos também devem ser analisados, para compreender como a cooperação pôde acontecer, e como ela pode ser explicada pelo realismo.

Com a desconfiança que os Estados têm sobre os outros, a cooperação pode ser impossibilitada, seja pela incerteza do descumprimento do acordo pela outra parte, tal qual pelos ganhos relativos que a cooperação pode gerar, ou seja, se um país pode se beneficiar mais que o outro nessa colaboração. Porém, a atual conjuntura internacional, marcada por um mundo extremamente globalizado e interdependente, faz com que seja necessária a realização de cooperações entre Estados, seja para a sua defesa, bem-estar ou desenvolvimento. Desse jeito, em uma cooperação, surgem as dúvidas relacionadas aos ganhos relativos, de se algum dos Estados é capaz de se tornar uma ameaça a outra parte, e se a tal cooperação é ou não um caso de boas práticas.

No caso da cooperação dos Gripen entre o Brasil e a Suécia, alguns ganhos relativos são percebidos. Para o Brasil, apesar de seu Estado estar modernizando a Força Aérea e a sua indústria, o país sul-americano está permitindo a difusão da tecnologia de outro Estado, e não desenvolvendo a sua própria. Dessa forma, o Brasil está permitindo a projeção internacional de outro país sob o seu Estado.

Porém, a cooperação é fundamental para o Estado brasileiro, o qual se encontrava defasado no poder de combate da FAB, com caças mais antigos do que alguns de seus vizinhos. Enquanto na perspectiva da Suécia, ela está fortalecendo outro país. Mas para entender melhor se o acordo é definido como um caso de boas práticas, outros fatores sobre a cooperação precisam ser discutidos.

Nessa circunstância, é interessante dissertar sobre como os ganhos relativos pesam na preocupação de cada governo. Como esse acordo envolve produtos de defesa, o cálculo racional sobre o fechamento do contrato acaba sendo levado mais em conta, principalmente para a Suécia, que está cedendo a sua tecnologia de defesa para outro país. Mas, como o Estado sueco possui esses caças em abundância, além de que é um tipo de avião que existe em uma quantidade significativa no mundo, distribuído entre vários países, a detenção deles pelo Brasil não altera a balança de poder de forma considerável. É somente plausível dizer que altera a balança de poder da América Latina, a qual não faz parte do entorno estratégico sueco, fazendo pouca ou talvez nenhuma diferença para o Estado Nórdico. O que talvez pudesse fazer mais diferença seria a possibilidade do Brasil adquirir mais 20 Gripens, o qual ainda não foi acordado pelos dois países. Contudo, a Suécia ainda teria mais caças que o Brasil, além de que o seu Estado não depende somente da sua capacidade de defesa para se defender, como demonstrado no documento da NSS a sua integração com os países da UE e os outros Estados Nórdicos. Então, de qualquer forma, o Brasil não faria frente em um conflito com a Suécia, diminuindo a quantidade de ganhos relativos referentes à capacidade de defesa dos dois Estados, e, conseqüentemente, diminuindo a preocupação da Suécia do Brasil se tornar uma ameaça no combate aéreo.

Vale salientar outros aspectos que trazem mais aflição aos Estados sobre os ganhos relativos, para se analisar nesse caso de cooperação. Um deles é a relação entre os dois Estados. E, no caso de Brasil e Suécia, os dois se consideram aliados de longa data. Esse relacionamento bilateral começou a ser mais aprofundado a partir do ano de 1984, quando o Rei Carlos XVI Gustavo e a Rainha Sílvia visitaram o Brasil, e assinaram o Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014). Durante a visita, houve também a criação da Comissão Mista Bilateral (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014). E essa parceria aumentou drasticamente com as “visitas frequentes de ministros e outras altas autoridades, a intensificação dos

contatos bilaterais de alto nível à margem de eventos multilaterais e a criação ou retomada de diversos mecanismos de cooperação bilateral” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014). Então, percebe-se a relação histórica de colaboração que os dois Estados têm, diminuindo a preocupação entre os dois sobre os ganhos relativos, e motivando a cooperação dos caças Gripen.

O que poderia minar essa relação seriam as recentes falas do atual Presidente Lula, o qual afirmou que os Estados Unidos e a UE estariam ajudando a prolongar a Guerra da Ucrânia ao enviar armamentos para o Estado ucraniano, e colocou tanto a Rússia como a Ucrânia como culpadas pela guerra. Peter Stano, porta-voz principal para Assuntos Externos da União Europeia, respondeu o presidente brasileiro com a prerrogativa de que o bloco europeu e o país norte-americano estão ajudando a Ucrânia na sua legítima defesa, além de comunicar que os dois atores não estão auxiliando na prolongação do conflito, pois ambos ofereceram várias oportunidades de fazer um acordo de negociação a Rússia (CNN, 2023). Stano também disse que a Rússia é a única culpada por essa guerra. E, segundo a matéria do iG, a Saab estudava travar a cooperação dos Gripen com a Embraer (STUCKERT, 2023).

No entanto, posteriormente, no dia 9 de maio deste ano, foi inaugurada uma linha de produção para os jatos de combate Gripen no Brasil, onde serão fabricados os 15 caças suecos como estabelecido no acordo (TERRA, 2023). Nesta inauguração, o presidente-executivo da Saab, Micael Johansson, destacou aquele momento como um marco significativo, e confirmou que a empresa sueca quer que o Brasil se torne um centro de exportação dos caças Gripen, tanto para a América Latina, quanto para outras regiões (TERRA, 2023). E, o Ministro da Defesa Civil da Suécia, Carl-Oskar Bohlin, também presente neste evento, afirmou que "a cooperação entre a Saab e a Embraer é fundamental para o desenvolvimento do Gripen. É também uma grande manifestação de como a Suécia e o Brasil, juntos, podem gerar crescimento, inovação" (LIZ, 2023).

Assim sendo, nota-se que os governos de ambos os países continuam enaltecendo a relevância da parceria Brasil e Suécia, e fortalecendo a mesma, mesmo após as falas polêmicas do presidente brasileiro. Isso se deve a alguns fatores, como o alto investimento que já foi feito na cooperação pelas duas partes, e aos interesses nacionais dos dois atores. É ainda mais interessante ver pelo lado da Suécia, a qual poderia se chocar com as afirmações do Presidente Lula. Apesar da

forte integração que a Suécia tem, tanto com a UE e os países Nórdicos, quanto a sua tentativa de entrada na OTAN, que está em progresso, é visível que a Suécia está priorizando os seus próprios interesses, ao invés de adotar o discurso de seus parceiros estratégicos. A cooperação dos Gripen é fundamental para a projeção de poder do Estado sueco, e para a sua economia, já que o Brasil está dando bilhões de dólares em troca dos caças e da transferência de tecnologia. E isso é uma boa resposta para a recuperação econômica insuficiente após a crise financeira da UE, e a crise energética na Suécia e Europa. Em resposta às sanções econômicas impostas à Rússia, a empresa russa Gazprom fechou o gasoduto Nord Stream 1, forçando a Suécia a oferecer bilhões de dólares em garantias de liquidez para as empresas energéticas de seu país (CNN, 2022).

Dessa maneira, pode-se comparar com a cooperação de China e Estados Unidos mencionada na primeira seção deste artigo. Por mais que os EUA pretendessem combater a ideologia socialista no cenário internacional, eles se aproximaram da China para conter a União Soviética, a qual na época era a sua maior ameaça. Já no caso da cooperação dos Gripen, apesar da posição do Brasil sobre a Guerra da Ucrânia ser totalmente diferente, o acordo ainda é fundamental para a Suécia, ajudando em suas crises nesse tempo de insegurança na Europa. E, dificilmente a sua entrada na OTAN seria barrada por conta de sua cooperação, pois o maior interesse da aliança militar é conter a Rússia, e a Suécia é um ponto estratégico por ser banhada pelo Mar Báltico. Então os interesses da OTAN e da Suécia estão entrando em concordância nesse sentido, e os ganhos relativos da cooperação passam a importar menos devido a ameaça russa.

Nesse contexto, o poder dos Estados também entra em questão. No caso do Brasil, a sua capacidade de defesa está aumentando, por causa da cooperação dos Gripen, tal como outros projetos que estão em andamento, como a aquisição de carros de combate blindados para o Exército, e de submarinos a propulsão nuclear para a Marinha. Embora a Defesa brasileira esteja se modernizando, o Brasil está longe de se tornar uma ameaça a Suécia, levando em conta não só a capacidade das Forças Armadas suecas, como o suporte que o Estado sueco pode receber de outros países europeus, isso sem contar com a possível entrada da Suécia na OTAN. Fora que a parceria com a Suécia é imprescindível ao aprimoramento da FAB, fazendo com que o Brasil coloque essa parceria com o país Nórdico como uma de suas prioridades, facilitando a cooperação por parte do governo brasileiro. Tanto

esses fatores, quanto o histórico de neutralidade do Brasil perante a conflitos, diminuem drasticamente a importância dos ganhos relativos em uma cooperação com o Estado brasileiro.

Similarmente, o poder de defesa da Suécia está aumentando. Mas a sua situação é diferente do Brasil. A partir da década de 1990, o Estado sueco chegou a diminuir o tamanho de suas Forças Armadas, diminuindo o foco em sua defesa territorial e priorizando a sua participação em missões de paz (CHATTERJEE, 2022). Porém, em 2014, com o início da demonstração de agressão da Rússia e o começo de uma instabilidade regional, o país Nórdico retornou a fazer investimentos para a defesa de seu território, e aumentou o recrutamento de suas Forças Armadas (CHATTERJEE, 2022). Mesmo assim, o aumento de gastos para a sua defesa é muito recente, e a Rússia ainda é muito superior militarmente, tornando-se um país vulnerável na região, diferentemente do Brasil, o qual é considerado um Estado forte no território latino-americano. Então, a relação com o Brasil acaba tendo grande relevância para a Suécia lidar com as suas crises, como já mencionado antes. Mesmo a Suécia tendo sucesso em sua entrada na OTAN, ainda é necessário um grande retorno econômico para os seus investimentos de defesa, o qual a cooperação dos Gripen proporciona. E, assim, a preocupação com os ganhos relativos se torna menor.

Posto isso, o coeficiente K, usado por Joseph Grieco para medir a preocupação com os ganhos relativos, acaba sendo baixíssimo. Isso acontece devido ao bom relacionamento histórico que o Brasil e a Suécia compartilham, como pelo fato de que a ascensão dos dois países nas relações internacionais não traz prejuízos a posição de cada um na balança de poder. Vale lembrar a importância dessa cooperação para os dois Estados, que traz ganhos diferentes. Para o Brasil, as recompensas da cooperação não só são para a modernização do seu corpo de caças, mas para a área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Com isso, segundo João Bosco Costa Junior, presidente da Embraer, o Brasil aumenta o “investimento em programa de defesa, um círculo virtuoso de desenvolvimento, que leva inovação e criação de conhecimento tecnológico, criando divisas, rendas e empregos altamente qualificados, trazendo benefícios tangíveis ao Brasil” (LIZ, 2023). Já a Suécia, a colaboração a recompensa com um valor econômico enorme, que pode ser investido em defesa ou no setor de energia, que são as maiores

preocupações do Estado com o desenrolar da Guerra da Ucrânia. Fora a projeção internacional da sua tecnologia de caças.

Destarte os ganhos relativos presentes nessa cooperação, ela ainda é significativa para as duas partes, que se encontram em diferentes situações em relação as suas ameaças. A despeito de o Brasil estar adquirindo uma tecnologia de outro país, ao invés de desenvolver a própria, o Estado brasileiro estava com urgência em desenvolver essa área, acelerando o processo com o acordo dos Gripen. Mesmo que mais países da América do Sul obtenham esses mesmos caças, o Brasil que terá o seu conhecimento tecnológico, sendo ainda vantajoso para o Estado brasileiro. Já para a Suécia, ela está fortalecendo um Estado que é considerado um parceiro histórico, o qual possui um histórico de neutralidade nas relações internacionais, em troca da sua projeção internacional e retorno econômico. Assim sendo, observa-se como a cooperação está ajudando os seus dois participantes de acordo com as suas necessidades para a segurança, podendo concluir que o acordo dos caças Gripen é sim um caso de boas práticas na área de defesa.

Considerações Finais

A teoria realista traz a ideia de que os Estados são egoístas, priorizando somente os seus interesses nas relações internacionais, e que eles são ceticistas, sempre suspeitando das ações dos outros atores internacionais. Apesar disso, cooperações vivem ocorrendo no mundo contemporâneo, e o realismo já consegue explicar como os Estados cooperam. À vista disso, é possível justificar a cooperação dos caças Gripen por meio da visão realista.

Com a necessidade dos dois realizarem a dissuasão através da cooperação, já é uma justificativa para essa afirmação. O Estado brasileiro via como necessário modernizar a sua Força Aérea pelo motivo da sua defasagem de poder de combate aéreo quando comparado com os países vizinhos. Apesar da integração mencionada na PND, a qual pode trazer benefícios mútuos na área da defesa, nota-se como do mesmo jeito o Brasil ainda é cético em relação ao comportamento de

seus vizinhos, precisando sempre estar preparado para possíveis desdobramentos de conflitos.

Fora o problema da presença de países que não fazem parte do continente, como já demonstrado na história, requerendo que o Brasil seja forte para garantir a sua soberania. Enquanto isso, a Suécia está se projetando internacionalmente através da cooperação, determinando a sua vontade de mostrar o seu poder, tanto pela sua capacidade de defesa quanto pelo seu potencial tecnológico. Então, a partir da teoria realista, percebe-se o ceticismo que o Brasil tem quanto ao intuito dos outros Estados, e a necessidade da Suécia de dissuadir o poder da sua Força Aérea, mesmo com os seus empenhos no concerto internacional para criar estabilidade.

Portanto, no caso da Suécia, nota-se como a sua moralidade está subordinada a sua política. E essa narrativa é fortalecida com o fato de que a sua parceria com o Brasil está crescendo, mesmo com o atual presidente brasileiro afirmando que a Ucrânia também é culpada pela Guerra, e que os Estados Unidos e a Europa estão auxiliando na prolongação do conflito da Ucrânia. Embora o caso dessa cooperação seja de boas práticas, com ambos os países saindo com boas recompensas, e cada um recebendo o que precisa para combater as suas ameaças, as características da teoria realista continuam presentes nessa cooperação, mesmo que os ganhos relativos e as aflições sobre esses ganhos sejam baixas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA de comunicações dos EUA decide classificar Huawei e ZTE como ameaças à segurança nacional. **G1**, [S. l.], 30 jun. 2020. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/06/30/agencia-de-comunicacoes-dos-eua-decide-classificar-huawei-e-zte-como-ameacas-a-seguranca-nacional.ghtml>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BASSETO, Murilo. Saab fala da garantia do domínio aéreo do caça Gripen E pelas armas disponíveis ao combatente. **FAB**, [S. l.], 20 abr. 2023. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/notimp/mostra/21-04-2023>. Acesso em: 05 mai. 2023.

BRASIL, Ministério da Defesa, Política Nacional de Defesa, Brasília, 22 jul. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso .pdf. Acesso em: 26 mai. 2023.

BRASIL, Ministério da Defesa, Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), Brasília, 21 mar. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt->

[br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacas](https://www.mre.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacas). Acesso em: 26 mai. 2023.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, Reino da Suécia, Brasília, 9 jul. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/reino-da-suecia#:~:text=As%20rela%C3%A7%C3%B5es%20diplom%C3%A1ticas%20Brasil%2DSu%C3%A9cia,a%20pioneira%20Ericsson%20em%201924..> Acesso em: 29 mai. 2023.

CARVALHO, Cecília; CATERMOL, Fabrício. As Relações Econômicas entre China e EUA: Resgate Histórico e Implicações. **Revista do BNDES**. **BNDES**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 215-262, 2009. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11296/1/RB%2031%20As%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Econ%C3%B4micas%20entre%20China%20e%20EUA_R%20resgate%20Hist%C3%B3rico%20e%20Implica%C3%A7%C3%B5es_P_BD.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

CHATTERJEE, Phelan. Suécia e Finlândia ficarão mais seguras se aderirem à Otan?. **BBC News**, [S. l.], 13 mai. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61417540>. Acesso em: 31 mai. 2023.

CHINA anuncia fim da cooperação com os EUA em vários assuntos. **Correio Braziliense**, [S. l.], 05. ago. 2022. Mundo. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/mundo/2022/08/5027129-china-anuncia-fim-da-cooperacao-com-os-eua-em-varios-assuntos.html>. Acesso em: 26 abr. 2023.

CHINA suspende diálogos sobre clima, narcotráfico e mais 6 temas com os EUA. **UOL**, São Paulo, 05 ago. 2022. Internacional. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/08/05/china-cancela-compromissos-com-eua-sancoes-nancy-pelosi-apos-taiwan.htm>. Acesso em: 26 abr. 2023.

EMBRAER e Saab lançam linha de produção conjunta para caças Gripen no Brasil. **Terra**, [S. l.], 9 mai. 2023. Dinheiro em Ação. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/embraer-e-saab-lancam-linha-de-producao-conjunta-para-cacas-gripen-no-brasil.cd6652df126013211e879f4240977063l26s3gfg.html>. Acesso em: 30 mai. 2023.

EUA aliviam sanções contra a Venezuela após acordo entre governo e oposição. **G1**, [S. l.], 26 nov. 2022. Mundo. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1IU1vNsw0X0PTQhEKqd8kqfURDN7sbHa15tDahbC63W0/edit#heading=h.tnq35w18efhd>. Acesso em: 26 abr. 2023.

EUA e União Europeia criticam declarações de Lula sobre guerra na Ucrânia. **CNN**, [S. l.], 17 abr. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-e-uniao-europeia-criticam-declaracoes-de-lula-sobre-guerra-na-ucrania/>. Acesso em: 30 mai. 2023.

FREITAS, Marco Tulio Delgobbo; GONÇALVES, Alexandre. Teoria da Dissuasão. *In*: JÚNIOR, Augusto W. M. Teixeira; SILVA, Antonio Henrique Lucena. **Introdução aos Estudos Estratégicos**. Curitiba: Editora Intersabres, 2020. E-book. cap. 3, p. 85-114. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185165/pdf/0?code=81R+KWhcvA73+X04uxLSLR4mkwh0kuBcq0LG7e9Aiv17nTrtGVgpoESAUx1n1LB78+kIWdPdd4w8HzJcfj0tbw==>. Acesso em: 03 mai. 2023.

GANNOUM, Nadim Mitri. **Teoria dos Jogos e ganhos relativos**: condicionantes estratégicos de cooperação internacional. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-18102010-142923/publico/2010_NadimMitriGannoum.pdf. Acesso em: 24 abr. 2023.

GODOY, Marcelo. Brasil passa a operar caças Gripen, os mais avançados da América Latina. **CNN**, [S. l.], 19 dez. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/apos-16-anos-fab-recebera-os-4-primeiros-cacas-suecos-gripen/>. Acesso em: 28 mai. 2023.

IBGE, **Zoneamento Ecológico-Econômico: ZEE Amazônia Legal**, [S. l.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/estudos-ambientais/31681-zoneamento-ecologico-economico.html?edicao=16019>. Acesso em: 26 jun. 2023.

JERVIS, Robert. Realism, Neoliberalism, and Cooperation: Understanding the Debate. **International Security. The MIT Press**, Cambridge, v. 24, n. 1, p. 42-63, 1999. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2539347?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 07 abr. 2023.

LIZ, Wanessa. Linha de produção do F-39 Gripen é lançada no Brasil. **Agência Força Aérea**, [S. l.], 12 mai. 2023. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/40754/INAUGURA%C3%87%C3%83O%20-%20Linha%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20do%20F-39%20Gripen%20%C3%A9%20lan%C3%A7ada%20no%20Brasil>. Acesso em: 30 mai. 2023.

MACIEL, Tadeu Morato. As teorias de relações internacionais pensando a cooperação. **Ponto & Vírgula. PUC-SP**, São Paulo, v. 5, p. 215-229, 2009.

MITOZO, Filipe Toutonje. **Cooperação Técnica e Transferência Tecnológica Como Estratégia de Desenvolvimento Econômico**: Uma análise através do Programa FX-2 da Força Aérea Brasileira. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas) - Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/178740/Monografia%20do%20Filipe%20Mitozo.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2023.

NUNES, Roberta. No Dia da Aviação de Caça FAB ganha mais 4 aeronaves F-39 Gripen. **Agência Força Aérea**, [S. l.], 22 abr. 2022. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/38957/DIA%20DA%20AVIA%C3%87%C3%83>

[O%20DE%20CA%C3%87A%20-%20No%20Dia%20da%20Avia%C3%A7%C3%A3o%20de%20Ca%C3%A7a%20FAB%20ganha%20mais%204%20aeronaves%20F-39%20Gripen](#). Acesso em: 28 mai. 2023.

REVEDILHO, João Vitor. Lula derruba credibilidade ao atacar Ucrânia, dizem especialistas. **iG**, [S. l.], 20 abr. 2023. Último Segundo. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2023-04-20/lula-credibilidade-acordo-guerra-ucrania-declaracoes-internacionais.html>. Acesso em: 30 mai. 2023.

SUÉCIA e Finlândia tentam evitar crise energética após Rússia fechar gasoduto. **CNN**, [S. l.], 4 set. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/suecia-e-finlandia-tentam-evitar-crise-energetica-apos-russia-fechar-gasoduto/>. Acesso em: 30 mai. 2023.

SUÉCIA, Government Offices of Sweden, National Security Strategy, [S. l.], jan. 2017. Disponível em: <https://www.almendron.com/tribuna/wp-content/uploads/2021/01/national-security-strategy.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2023.

TREVIZAN, Karina. Guerra comercial: entenda as tensões entre China e EUA e as incertezas para a economia mundial. **G1**, [S.l.] 16 ago. 2019. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/16/guerra-comercial-entenda-a-piora-das-tensoes-entre-china-e-eua-e-as-incertezas-para-a-economia-mundial.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2023.